



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0018562-62.2010.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Irmãos Ruscito Ltda**
 Requerido: **Pedro Cavarette Júnior e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Irmãos Ruscito Ltda. propôs a presente ação monitória contra a ré Maria Helena Micheloni Cavarette, pretendendo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 630,71, representada pelo cheque nº 100429, do Banco Unibanco, agência 0047, conta corrente nº 207830-2, no valor de R\$ 284,88, e pelo cheque nº 400046, do Banco Unibanco, agência 0047, conta corrente nº 207830-2, no valor de R\$ 345,83, ambos de titularidade da ré, os quais não foram compensados por insuficiência de fundos e conta encerrada, tendo perdido a eficácia de título executivo.

Certidão de folhas 21 do oficial de justiça informa que a ré faleceu em 14/02/2010.

Despacho de folhas 26 suspendeu o feito para regularização do polo passivo.

Em manifestação de folhas 28/29 a autora requereu a habilitação dos herdeiros e do meeiro, Pedro Cavarette Junior, Pedro Cavarette Neto, Alexandre Cavarette e Guilherme Cavarette, para comporem o polo passivo em lugar da falecida.

Certidão de óbito de folhas 32.

Os réus, em embargos monitórios de folhas 49/55, suscitam preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, requerem a improcedência do pedido, tendo em vista que a responsabilidade dos herdeiros é limitada ao quinhão herdado e, não tendo a falecida



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Maria Helena Micheloni Cavarette deixado bens, não podem os herdeiros se responsabilizarem pelo pagamento do débito.

Réplica de folhas 68/69.

Despacho de folhas 74 deferiu a expedição de ofícios à JUCESP e aos Tabelionatos de Protesto.

Ofícios de folhas 88, 90 e 91, oriundos dos Tabelionatos de Protesto.

Certidões de matrícula nº 9906 e 414, oriunda do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Carlos às folhas 92/95.

Em manifestação de folhas 103, a autora requereu a expedição de ofício ao Banco Santander (Brasil) SA, para informações quanto à hipoteca constante na matrícula nº 9906, cujo bem se encontra registrado em nome da falecida e de seu esposo, o corréu Pedro Cavarette Junior.

Decisão de folhas 105 deferiu a expedição do referido ofício e determinou às partes que especificassem as provas que pretendiam produzir.

Ofícios de folhas 212, 246, 248, 250 do Banco Santander, não atendendo à determinação judicial.

Relatei o essencial. Decido.

De início, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pelos embargantes por ser matéria de mérito.

Passo ao julgamento no estado em que se encontra o feito, atento ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

princípio da razoável duração do processo, não havendo necessidade de prova oral ou pericial, orientando-me pelos documentos carreados pelas partes (CPC, artigo 396).

Os cheques de folhas 07/08 comprovam o crédito da autora, os quais foram subscritos pela falecida Maria Helena Micheloni Cavarette, não havendo que se falar em causa subjacente.

Por terem as cártulas perdido sua eficácia para a via executiva, a autora promoveu a presente ação monitória para obter seu crédito.

A certidão de óbito de folhas 32 comprova o falecimento da emitente das cártulas.

De outro giro, nos termos do artigo 1.997 do Código Civil, a herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido, mas, feita a partilha, só respondem os herdeiros, cada qual em proporção da parte que na herança lhe coube.

Foi encontrado o imóvel de folhas 92/93 em nome da falecida. A questão da hipoteca é matéria a ser discutida em cumprimento de sentença, na fase de praça, nada impedindo a penhora do imóvel pela empresa autora.

Assim, de rigor a procedência do pedido e a consequente condenação dos réus no pagamento do débito, na proporção do seu respectivo quinhão.

Ressalvo, entretanto, que o valor principal deve ser corrigido conforme a Súmula 43 do STJ, cujo termo inicial deve retroagir à data do efetivo prejuízo, ou seja, a partir da primeira apresentação de cada cheque junto ao banco sacado. Com relação aos juros moratórios, estes são devidos a partir da citação, data em que os embargantes foram constituídos em mora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido:

“Correção monetária - Termo inicial - Ação monitória - Cheque prescrito - Correção monetária que não pode ser contada a partir da data da distribuição da ação. Correção monetária que, também no ilícito contratual, incide a partir da data do efetivo prejuízo - Súmula 43 do STJ - Correção monetária que deve ser contada a partir da data da primeira apresentação dos aludidos cheques ao banco sacado. Juros moratórios - Termo inicial - Ação monitória - Cheque prescrito - Cobrança dos juros anteriores que se encontra prescrita - juros de mora que devem incidir a partir da citação, quando a devedora foi constituída em mora - Art. 219, “caput”, do CPC. Reduzida a procedência parcial dos embargos opostos. Apelo provido em parte. (Apelação TJSP nº 9138910-10.2007.8.26.0000, 23ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Marcos Marrone, j. 15/02/2012).”

Diante do exposto, rejeito os embargos monitórios, com fulcro no artigo 1.102C, § 3º, do Código de Processo Civil, e acolho o pedido inicial, constituindo, de pleno direito, o título executivo judicial representado pelos cheques descritos no preâmbulo, corrigidos monetariamente desde a data de sua apresentação e com juros de mora de 1% ao mês, incidentes a partir da citação, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno os réus embargantes no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% sobre o valor do débito, ante o trabalho realizado nos autos e a duração do processo.

Prossiga-se na forma prevista no Livro I, Título VIII, Capítulo X, do Código de Processo Civil.

Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Carlos, 17 de setembro de 2015. **Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares.**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**